

“Quase isolados na luta pela vida”: jornalismo e estereótipos sobre o Acre no site Amazônia real

"Almost isolated in the struggle for life": journalism and stereotypes about Acre on the Amazônia Real website

Francielle Maria Modesto Mendes

Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Acre
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
francielle.mendes@ufac.br
<https://orcid.org/0000-0002-2856-4444> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo 

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre os estereótipos a respeito da Amazônia brasileira acreana e seus povos na cobertura sobre o meio ambiente na agência de notícias Amazônia Real. O *corpus* é formado pelas cinco reportagens publicadas até o mês de agosto em 2024 sobre o estado do Acre no referido site, citam-se: 1) “Cheia no Acre: 17 dos 22 municípios estão em situação de emergência”; 2) “Indígenas do Acre denunciam apropriação cultural nos Estados Unidos”; 3) “Indígenas reclamam de abandono depois das inundações no Acre”; 4) “Acre passa por nova seca extrema e terras indígenas voltam a ficar isoladas”; 5) “Seca nos rios Madeira e Acre pode ser a maior de todos os tempos”. O referencial bibliográfico é formado por autores como Stuart Hall (2016), Homi Bhabha (2013), que auxiliam nas discussões sobre culturas, representações e estereótipos; Miquel Alsina (2009) e Nelson Traquina (2005), que discutem questões relacionadas ao jornalismo, entre outros autores, que estudam especificamente a Amazônia, caso de João de Jesus Paes Loureiro (1995), Foot Hardman (2009) e Priscila Freire (2015). A metodologia é a bibliográfica com suporte da Análise de Conteúdo, de Lawrence Bardin (2009).

Palavras-chave: jornalismo; estereótipos; indígenas; Acre; Amazônia Real.

Abstract: This article reflects on the stereotypes regarding the Brazilian Amazon in Acre and its people in the coverage of the environment in the Amazônia Real agency. The corpus is made up of the five reports published until August 2024 on the state of Acre on the website: 1) "Flood in Acre: 17 of the 22 municipalities are in an emergency situation"; 2) "Indigenous people of Acre denounce cultural appropriation in the United States"; 3) "Indigenous people complain about abandonment after floods in Acre"; 4) "Acre is going through a new extreme drought and indigenous lands are once again isolated"; 5) "Drought in the Madeira and Acre rivers may be the biggest ever". The bibliographic reference is formed by authors such as Stuart Hall (2016), Homi Bhabha (2013), who help in discussions about cultures, representations; Miquel Alsina (2009) and Nelson Traquina (2005), who discusses issues related to journalism, among other authors, who specifically study the Amazon, such as João de Jesus Paes Loureiro (1995), Foot Hardman (2009) and Priscila Freire (2015). The methodology is bibliographic with the support of Content Analysis, by Lawrence Bardin (2009).

Keywords: journalism; stereotypes; indigenous; Acre; Amazônia Real website.

Introdução

Este artigo está vinculado ao projeto “Mídias, representações e narrativas: estudos sobre a Amazônia acreana”, vinculado ao grupo de pesquisa “Mídias, Imaginário e Representação: uma cartografia das Amazônias (Mirca)”. O grupo está cadastrado na Plataforma dos Grupos do CNPq desde 2016, e tem por objetivo discutir as representações a respeito da Amazônia brasileira acreana e de sua gente, construídas pela narrativa dos mais diversos tipos de mídias.

Na elaboração deste artigo, o objetivo é refletir sobre os estereótipos a respeito da Amazônia brasileira acreana e seus povos na cobertura sobre o meio ambiente na agência de notícias Amazônia Real, que foi criada pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, em 20 de outubro de 2013, em Manaus – AM. Segundo informações contidas na página “Quem somos” do site, a Amazônia Real produz um “jornalismo independente” e tem por objetivo “dar visibilidade para populações e questões da Amazônia”.

Na mesma página é possível encontrar a definição da linha editorial que diz ser “voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos”. Este veículo também diz defender que “as populações tradicionais sejam protagonistas de suas próprias narrativas”.

Segundo os pesquisadores Fernanda Salvo e Miguel Rodrigues (2021), a cobertura jornalística do site privilegia assuntos relativos à região, com prioridade para questões dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Essas escolhas “interferem de maneira definitiva sobre os valores-notícia, os enquadramentos jornalísticos e as produções de sentido das reportagens” (Salvo; Rodrigues, 2021, p.9).

A pesquisa será amparada na análise de conteúdo de Lawrence Bardin (2009), sendo desenvolvida a partir do estudo das cinco reportagens sobre o Acre, publicadas até agosto de 2024 no referido site. A partir do estudo do *corpus* da presente pesquisa será possível perceber como se constroem e se mantêm por intermédio do jornalismo as representações a respeito dos povos amazônidas e da Amazônia brasileira acreana de um modo geral.

Seguindo o pensamento de Bardin (2009), o presente estudo é organizado nas seguintes etapas: pré-análise (organização propriamente dita – escolha dos documentos, formulação das hipóteses, objetivos); exploração do material (codificação,

decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas); categorização (divisão dos textos em grupos) e interpretação do material coletado.

Na pré-análise, pesquisou-se sobre qual site jornalístico teria uma importante contribuição nas discussões sobre questões amazônicas. Na pesquisa, descobriu-se que este veículo, além de ter uma pauta voltada completamente para região, tem também uma lista importante de prêmios, como Vladimir Herzog (2022) e Prêmio Chico Mendes (2023), demonstrando sua relevância pública entre os *media*. Com a escolha do veículo, fez-se, posteriormente, o trabalho de busca dos textos na agência Amazônia Real, para então, seguir com as etapas de exploração e interpretação do material.

Os textos foram coletados a partir da pesquisa pela palavra “Acre” no buscador do site e foram encontrados cinco textos até agosto de 2024, quando a coleta foi realizada. A coleta foi realizada até este mês para que o *corpus* fosse incluído no cadastro do projeto de pesquisa, que deveria ser feito no mesmo período na Universidade Federal do Acre (UFAC). Todos os textos encontrados foram considerados para análise. Segue quadro com os títulos dos textos, autores e data de publicação:

Quadro 1 – Todos os textos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa

Textos jornalísticos	Autoria	Data de publicação
1) Cheia no Acre: 17 dos 22 municípios estão em situação de emergência	Hellen Lirtêz	28/02/2024
2) Indígenas do Acre denunciam apropriação cultural nos Estados Unidos	Amazônia Real	01/03/2024
3) Indígenas reclamam de abandono depois das inundações no Acre	Hellen Lirtêz	15/04/2024
4) Acre passa por nova seca extrema e terras indígenas voltam a ficar isoladas	Hellen Lirtêz	14/06/2024
5) Seca nos rios Madeira e Acre pode ser a maior de todos os tempos	Lúcio Flávio Pinto	01/08/2024

A partir da coleta dos textos, verificou-se que as discussões se centram em questões relacionadas ao meio ambiente. Apenas uma das reportagens não tem as condições climáticas como assunto principal, porém, abordam questões culturais de interesses indígenas, que é um tema recorrente na agência. Diante disso, as reflexões que se seguem estão organizadas primeiro para entender como a Amazônia brasileira acreana é representada pelo jornalismo, para posteriormente discutir o conceito de

estereótipo e como ele é acionado em textos que discutem o Acre e o meio ambiente. Salienta-se que como o *corpus* é reduzido não foram criadas subcategorias, como pressupõe uma das etapas da Análise de Conteúdo, que foram citadas anteriormente.

Amazônia acreana e as velhas representações: gravidade, escassez e catástrofe

A região amazônica é formada por nove países (Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa). O Brasil é o país que detém a maior parte desta região (60%) e o Acre é um estado brasileiro, localizado no norte do país, cercado pela floresta amazônica e habitado por vários povos indígenas: Kaxinawá/Huni Kuin, Yawanawá, Jaminawa, Manchineri, Shanenawa, Shawãdawa, Nukini, Katukina/Noke Koi, Puyanawa, Kuntanawa, Ashaninka, Jaminawa-Arara, Apolima-Arara, Madija/Kulina, Sayanawa, Nawas, além dos povos indígenas de recente contato (isolados do Riozinho, isolados do Humaitá/Envira e isolados do Xinane)¹.

A região amazônica brasileira, o que inclui o Acre e seus habitantes, é observada neste veículo de comunicação a partir de algumas temáticas específicas, como as condições climáticas (seca e alagação) e a forma como essas situações afetam os povos indígenas.

Os assuntos climáticos são tratados de forma extrema na cobertura da Amazônia Real e acionam um conjunto de representações já conhecido sobre a Amazônia e, em especial, o Acre. Destacam-se trechos extraídos das cinco matérias analisadas em que os jornalistas enfatizam o caos da população vivido pelo desequilíbrio do meio ambiente por meio do uso de palavras como “gravidade, crítica, escassez, drásticos, catástrofe, catastrófico”, citam-se: “*gravidade* da situação da seca na região” (Pinto, 2024); “*tornando-se crítica a escassez*” (Pinto, 2024); “*extrema* seca” (Lirtêz, 2024c); “*efeitos drásticos*” (Lirtêz, 2024c); “*catástrofe* ambiental” (Lirtêz, 2024b); “*situações catástroficas*” (Lirtêz, 2024a).

Para entender melhor estas afirmações, é importante rememorar que o discurso traduz “sistemas de dominação” (Foucault, 2015, p. 10), não sendo, portanto, neutro ou imparcial, como pressupõe algumas ideias defasadas sobre o jornalismo, o uso desses termos também não consiste em uma simples apropriação do léxico pelo profissional da

¹ Informações extraídas do site da CPI-Acre: Home - Comissão Pró-Indígenas do Acre (cpiacre.org.br).

comunicação. A escolha dessas palavras reflete a manutenção das representações seculares sobre a Amazônia brasileira, que a posicionam sempre no lugar do atraso e de vulnerabilidade². É uma forma única, pré-construída (Dutra, 2005) de observar a região sob o prisma do extremo (Freire, 2015), de forma isolada e descontínua (Luft, 2015).

O jornalismo declaratório praticado pela Amazônia Real, que apenas escuta ambos os lados, “faz parte de um projeto [de poder] bem realizado e articulado, responsável pela estigmatização” de pessoas, grupos e lugares, além de ser um gerador de apagamento social (Moraes, 2015). A mesma autora, Fabiana Moraes (2015), defende ainda que jornalistas não devem desconsiderar os aspectos políticos e transformadores das escolhas, angulações e perspectivas de suas pautas e textos.

João de Jesus Paes Loureiro (1995) afirma que a Amazônia de modo geral possui uma cultura dinâmica, original, criativa, em constante contato com a natureza. Essa aproximação é responsável por muitos pré-conceitos em relação à população nortista, que é, muitas vezes, interpretada por uma parte da imprensa nacional como não civilizada, preguiçosa, exótica, atrasada, e também vulnerável no que se refere as questões ambientais e climáticas.

Para Josiane dos Santos (2017), a Amazônia brasileira só ganha destaque na imprensa nacional com notícias estereotipadas e/ou acontecimentos associados à questão ambiental. A relação que o jornalismo faz entre a Amazônia acreana e a ideia de *gravidade*, *situações extremas* e *catástrofe ambiental* no estado do Acre ajuda a (re)definir as representações sobre essa região. O catastrófico e o extraordinário são valores-notícia, que consistem nos critérios utilizados pelos jornalistas para transformarem acontecimentos em notícias (Traquina, 2005). Esses critérios de seleção da notícia são mais homogêneos do que se pensa (Traquina, 2005). Segue a argumentação do autor sobre esse assunto:

As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional (Traquina, 2005, p. 95).

Quando esses valores são aplicados à região amazônica acreana, e organizados de modo a manter representações e estereótipos historicamente consolidados, a região segue interpretada como signo do atraso, do “inferno verde” (Rangel, 2004), onde

² Ler os artigos de Mendes (2019; 2021).

predomina a desigualdade social e a vulnerabilidade climática. Durante as secas e também durante o período prolongado de alagação em 2024, o signo Amazônia seguiu sendo “analisado e reinterpretado criticamente” (Freire, 2015, prefácio) sob a ótica de um discurso apocalíptico em que os acontecimentos foram tratados de modo irreversível para os povos que no Acre vivem.

A partir da leitura dos cinco textos, percebe-se que o jornalismo da Amazônia Real se preocupa em apontar os problemas climáticos, mas escolhe caminhos já conhecidos para fazer isso, como veremos mais adiante. Apesar de ouvir as lideranças das terras indígenas, os ribeirinhos, os pesquisadores do Acre e representantes de órgãos oficiais, as abordagens estereotipadas não divergem do restante da imprensa nacional.

Estereótipos

Os estereótipos são construídos por meio das representações jornalísticas. Neste caso da Amazônia acreana, eles acentuam a ideia de isolamento e desigualdade social, e também de lugar onde coisas graves e extremas acontecem com a floresta e as populações que nela vivem. Para entender melhor as implicações dos processos de representações sociais, cita-se Stuart Hall (2016) para explicar que a representação é uma parte essencial do processo pelo qual “os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (Hall, 2016, p. 31).

Para o autor (2016), são as representações que conectam sentido e linguagem à cultura e elas estão intimamente ligadas a identidade e conhecimento de um povo e/ou lugar. Os sentidos não estão intrínsecos ao objeto, pessoa ou coisa, e muito menos a palavra. São as pessoas que fixam sentidos, que se naturalizam com o tempo, por meio de um sistema de representação e nesse processo de atribuição de sentido os meios de comunicação participam ativamente. O significado nunca está acabado, por isso Maria João Silveirinha, também baseando seus estudos em Hall, afirma:

Na verdade, não há uma representação verdadeira de pessoas ou eventos num texto, mas muitas formas de as/os representar. Por isso, a produção da mensagem é uma forma de ‘fixar’ um significado (ou forma de compreender) as pessoas ou eventos nos textos produzidos (Silveirinha, 2021, p.160).

As representações não são apenas formas de falar sobre nós, sobre os outros ou sobre os lugares, mas são também criação de regras do que pode ser dito ou pensado (Silveirinha, 2021). Os discursos criam formas de pensar alguns sujeitos e lugares como óbvios e centrais, enquanto outros como “exteriores” (Silveirinha, 2021).

O sistema de representação cria um conjunto de práticas conhecidas como estereotipagem, que reduz pessoas e lugares a poucas características, que pode ser vista de forma simples e essencial, que fixa a diferença, divide o que é normal e que é inaceitável (Hall, 2016). Completa o autor:

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o ‘normal’ e o ‘pervertido’, o ‘normal’ e o ‘patológico’, o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, o ‘pertencente’ e o que não pertence ou é o ‘Outro’, entre ‘pessoas de dentro’ (*insiders*) e ‘forasteiros’ (*outsiders*), entre nós e eles (Hall, 2016, p. 192).

O termo estereótipo é discutido por outros autores, caso de Homi Bhabha, que também afirma que a noção de algo estereotipado apresenta fixidez porque conta “sempre as mesmas histórias” (Bhabha, 2013, p. 134). Consiste, portanto, em um modo de “representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo” (Bhabha, 2013, p.123). Dito de outro modo, esse ato de estereotipar “não é o estabelecimento de uma falsa imagem” tão somente para “práticas discriminatórias” (Bhabha, 2013, p.140), mas é projeto, introjeção, estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamento, culpa, agressividade etc.

E esse projeto discursivo jornalístico fica evidente em se tratando da Amazônia acreana, que é naturalmente narrada, entre outras coisas, como um lugar de falta, pois falta água potável, falta saúde, falta transporte, falta tudo, como observado nas matérias. Ou ainda narrada constantemente a partir das perspectivas de atraso e isolamento.

É cômodo para os veículos de comunicação narrarem uma “história única” (Adichie, 2019) sobre a Amazônia acreana, a partir de um jornalismo declaratório, instantâneo, que se acostumou em reproduzir aspas, sem questionar; e em citar apenas “dois lados”, mesmo que eles se anulem. Diante da ausência de questionamentos, a autora afirma: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (Adichie, 2019, p. 26).

Como dito por Foucault (2012), o discurso, e isso inclui o jornalístico, não é neutro e nem imparcial, ele não pode jamais apenas declarar, sem tomar

posicionamento e assumir as representações que constrói e reproduz. A produção do discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2012, p.8-9). Dessa forma, é preciso entender que este jornalismo praticado pela Amazônia Real é consciente das representações sustentadas, é uma escolha, um caminho pensado como viável para esta região.

Ainda discutindo sobre estereótipos, Durval Albuquerque Junior (2012) também pode ser chamado ao diálogo, pois complementa essa conceituação, dizendo que os estereótipos são repetitivos e caricaturais, usá-lo é parte de uma fala arrogante, de “quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras” (Albuquerque Junior, 2012, p. 13). Dessa forma, anulam-se as multiplicidades culturais e as diferenças individuais em nome de reducionismos e simplificações conceituais.

Como parte dos estereótipos estão as ideias de isolamento, distância das cidades acreanas, além da ideia de vulnerabilidade climática, a ponto de vivermos “uma das secas mais severas” (Lirtêz, 2024c) no Acre e “a pior alagação” (Lirtêz, 2024a) das cidades acreanas de Brasileira e Epitaciolândia, em 2024. Como é de conhecimento público, realmente, o ano não foi o mais seguro climaticamente no Acre, todavia, o estado enfrenta constantemente situações de crises climáticas e muito pouco se fala a respeito destes assuntos nos veículos nacionais. A pesquisadora Schirley Luft também percebe esse apagamento sobre os estados amazônicos nos meios de comunicação em suas pesquisas (2005; 2015) e por isso afirma que o olhar do jornalismo é maior sobre o meio ambiente e a região amazônica em determinados períodos quando há “acontecimentos de grandes proporções” (Luft, 2015, p. 115). A autora menciona três ocasiões em que o meio ambiente é mencionado na imprensa brasileira:

1) catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos à natureza; 2) relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados científicos sobre o aquecimento global; 3) no dia 5 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pela ONU (Luft, 2005, p. 46).

Dito de outro maneira, só quando a situação foge completamente do controle o olhar do jornalismo se volta ao tema e a região, ou ainda quando o que acontece na Amazônia atinge outras localidades do país, caso do Sul e Sudeste, é então, que os

veículos decidem abordar a situação a partir da perspectiva do caos e do descontrole, explorando as necessidades das pessoas atingidas.

Cita-se como exemplo a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 que ganhou notoriedade em toda a imprensa nacional e até internacional, o que gerou um movimento no país por arrecadação de dinheiro, água potável, roupas, alimentos, remédios etc. O mesmo não aconteceu com os estados do norte e do nordeste do Brasil. O Maranhão, por exemplo, vivia um período de enchente na mesma época do Rio Grande do Sul e não teve espaço semelhante na cobertura jornalística e nem despertou o interesse público com intensidade. Meses antes, o estado do Acre também vivia uma enchente severa e não recebeu o mesmo engajamento político e social. Isso significa que não é a condição climática que chama atenção do jornalismo e sim o lugar onde os grandes acontecimentos se desenvolvem. E a abordagem e enquadramento têm relação com as formas de poder e como aquele local já é visto historicamente pelos meios de comunicação.

O jornalismo não reflete tão somente a sociedade, mas a representa. “Nessa representação nem todos os agentes sociais recebem o mesmo tratamento jornalístico em quantidade nem em qualidade” (Alsina, 2009, p. 65). Diante disso, no caso da cobertura do Rio Grande do Sul, falava-se muito em solidariedade, recuperação, reconstrução; já sobre o Acre se falava que o mesmo assunto – a enchente – gerava “anomalias” com a morte de peixes (Lirtêz, 2024c) e com isso há necessidade de buscar “outras formas de sobreviver” (Lirtêz, 2024b). Para o Acre e sua gente, o jornalismo da Amazônia Real não vislumbra possibilidades de recuperação nos textos aqui estudados.

Além da narrativa jornalística da agência se concentrar na *gravidade* e nas *catástrofes* decorrentes da seca e da enchente vividas no Acre, em 2024, também se ressalta outro estereótipo, como já dito, que é o de lugar distante, isolado e vulnerável. Segue trecho do texto “Acre passa por nova seca extrema e terras indígenas voltam a ficar isoladas”, que comprova essa afirmação:

Outros rios da bacia, como o Tejo, afluente do Juruá, desceu tanto que as populações ribeirinhas e indígenas alertam para efeitos drásticos, que vão desde *isolamento* das comunidades, *instabilidade alimentar* a *ameaças de invasores*, que se aproveitam da situação vulnerável destas áreas (Lirtêz, 2024c, grifo meu).

Em outra passagem extraída do texto “Indígenas reclamam de abandono depois das inundações no Acre”, o destaque é para o tempo de deslocamento gasto para se chegar a uma aldeia e o alto custo que se paga por isso:

A aldeia São José do Rio Breu, do povo Huni Kuin, está localizada em Marechal Thaumaturgo. *Ela está muito distante da cidade mais próxima. Leva-se em torno de um dia e algumas horas para se deslocar e o único transporte é fluvial.* Não se trata de uma viagem barata: é preciso desembolsar um galão de 100 litros para realizar a viagem e cada litro custa em torno de 9 reais (Lirtêz, 2024b, grifo meu).

Municípios como Marechal Thaumaturgo e Jordão são vistos nas matérias estudadas como isolados e de difícil acesso: “Jordão é um dos municípios mais isolados por causa da cheia do Acre” (Lirtêz, 2024a); “Marechal Thaumaturgo é outro município isolado do Acre” (Lirtêz, 2024a). O isolamento mencionado é mais de ordem política do que geográfica, pois a distância entre Jordão e Cruzeiro do Sul, a segunda maior cidade do Acre, é de 214 km. Todavia, o poder público não tem incluído na pauta nos últimos anos a construção de ligações terrestres entre a cidade e o restante do estado, assim como não há estratégias para tornar mais barato o deslocamento aéreo e de barco. A entrada e saída da cidade acontece apenas por esses dois meios.

Constatam-se em muitas narrativas jornalísticas, uma limitação ao se pensar a Amazônia acreana a partir de figuras essencializadas, caso por exemplo, dos povos indígenas; e também a partir de ideias deterministas como a de que o Acre é geograficamente afastado de tudo, por isso não se acessa os direitos básicos por causa do rio e da floresta que cercam o estado. Insistir no isolamento geográfico é o jornalismo se posicionar a serviço de estereótipos e não problematizar questões que realmente importam, é “transformar tudo o que não cabe nos modelos predeterminados de existências em um outro estranho, exótico ou mesmo descartável” (Moraes, 2022, p. 36).

Por isso, defende-se neste artigo a ideia de que o jornalismo precisa explicar que o problema não é a geografia do Acre e sim a ausência de políticas públicas, de gerenciamento de crise, e de organização econômica dos governos estadual, municipal e federal, sobretudo, em momentos como o de seca e enchente, que atingem milhares de pessoas em todo o estado. Não há também um combate eficaz ao desmatamento e as queimadas na região amazônica acreana. Essas ponderações a respeito do poder público se fazem presentes neste artigo por se entender que o jornalismo tem um papel importante na sociedade e cabe a ele uma discussão mais profunda sobre questões sociais relevantes, que envolvem a Amazônia brasileira acreana e o meio ambiente.

Para justificar o dito anterior, chama-se a atenção para um trecho da matéria “Acre passa por nova seca extrema e terras indígenas voltam a ficar isoladas” em que a jornalista afirma que um líder indígena Kuntanawa, quando perguntado, não “soube dizer a origem das queimadas” (Lirtêz, 2024c). A jornalista aceita a resposta, reproduz a declaração, sem informar ao leitor qual é a origem das queimadas criminosas que atingem todo o país e não somente o estado do Acre em 2024. Há o entendimento aqui que não falar sobre responsáveis pelas condições climáticas faz parte de um discurso de naturalização da imprensa sobre os crimes ambientais, que sustentam noções pré-construídas sobre a região (Dutra, 2005), estereotipando-a como lugar insalubre, vulnerável e perigoso para moradia.

O texto “Indígenas reclamam de abandono depois das inundações no Acre” começa com a frase “Quase isolados na luta pela vida” (que nomeia este artigo), o que é uma reafirmação do jornalismo de que os povos que aqui habitam sofrem vários tipos de isolamento e lutam por direitos sem apoio do poder público. O jornalismo não está errado sobre a falta de apoio, mas precisa se desvencilhar dessa ideia pura e simples de isolamento, que persiste desde a chegada dos primeiros viajantes europeus a região, nos séculos XV e XVI, sem fazer as ponderações políticas necessárias.

As narrativas dos cronistas de viagem nos séculos XVI, XVII já apresentavam um discurso fantasioso que transpunha para a região amazônica o imaginário europeu. Além deles, os viajantes cientistas também trouxeram o discurso da modernidade e instauraram a dicotomia civilização *versus* barbárie. Percebe-se que algumas informações noticiadas pelos meios de comunicação hegemônicos sobre os povos locais se concentram em destacar suas relações com a natureza, dando contornos de retrocesso e primitivismo.

O discurso da Amazônia Real consegue se afastar de algumas formas hegemônicas de silenciamento quando decide, por exemplo, inserir fontes indígenas em seus textos. Por outra perspectiva, não parece inovador quando insiste em ideias cristalizadas a respeito da região, quando escolhe o enquadramento da matéria com foco na ideia de isolamento. Fundamentando este pensamento, Francielle Mendes (2021) afirma que a região é narrada historicamente de forma singular, homogênea e uniforme e junto com a região, o povo recebe o mesmo tratamento. “É como se a paisagem fosse única e todos os povos que ocupam esta porção de terra pensassem e se comportassem da mesma forma, sem tensões e/ou diferenças sociais, políticas, históricas, econômicas, culturais” (Mendes, 2021, p.227).

Encontram-se nos textos inúmeras passagens que destacam as dificuldades da população e ausências de alimentação e serviços básicos de saúde. Seguem trechos em que a jornalista enfatiza o “isolamento e dificuldade de acesso à água potável”, “instabilidade alimentar e ameaças de invasores” (Lirtêz, 2024c), afirma que “populações locais e indígenas são as mais afetadas frente à desigualdade social” (Lirtêz, 2024c), além de ressaltar que os indígenas moram “em um lugar distante do município” e não têm “acesso às pessoas que trabalham na saúde” (Lirtêz, 2024b).

Nesse sentido, o jornalismo produz uma leitura homogeneizadora sobre direitos básicos, situação alimentar e de saúde, sobretudo, dos povos indígenas que vivem no Acre. Será que todos os povos indígenas existentes no estado estão enfrentando os mesmos problemas? É possível afirmar que em uma mesma comunidade indígena todos experenciam as mesmas necessidades? E os indígenas que moram na cidade, como vivem e do que precisam? Os jornalistas do veículo se preocupam em ouvir fontes indígenas, identificar etnias e informar onde esses povos vivem, em qual terra indígena, caso da matéria “Indígenas do Acre denunciam apropriação cultural nos Estados Unidos”, mas não distinguem as necessidades dos mais variados povos.

Para Maria Regina Celestino de Almeida (2009), esse processo de homogeneização implica na invisibilidade das identidades indígenas e na tentativa de eliminação das formas de diversidade. Entretanto, Walter Mignolo (2008) resalta que os povos indígenas não são homogêneos, pois possuem, entre outras coisas, línguas e crenças diferentes umas das outras, sendo necessário, portanto, um “desprendimento do pensamento do eurocentrismo” que quer controlar “a economia, a autoridade, o gênero e a sexualidade, em suma, a subjetividade” (Mignolo, 2008, p. 242).

São muitos os autores que discorrem sobre essa tentativa de unificação dos povos amazônicos. Freire (2015) afirma que a população é diversificada e que pouco se conhece sobre ela. Para a pesquisadora, a “representação colonialista muito persistente na atualidade ainda é imaginada de forma homogênea” (Freire, 2015, p. 111). No mesmo sentido, Foot Hardman (2009) enfatiza que essa homogeneização acontece nos locais onde a “história ainda não conseguiu fixar marcas simbolicamente eficazes, isto é, agregadoras, predominando, ainda, nessa visão, cenários de geografias selvagens, natureza bruta, populações errantes e dispersas” (Hardman, 2009, p. 177). É como se no Acre as situações problemas nunca mudassem ou fossem impossíveis de serem resolvidas por causa da presença da floresta, da água, dos animais, enfim, de toda a biodiversidade e geografia da região. O fato é que o Acre, que raramente aparece nos *media*, está sempre vivendo “situações catastróficas” (Lirtêz, 2024a).

Muitas das informações produzidas por meios de comunicação constroem ou reproduzem representações já postuladas historicamente. Miquel Alsina (2009) afirma que a informação noticiosa, por exemplo, é uma representação social da realidade cotidiana e que se manifesta na construção de um mundo possível. Ela gera sentido e noção de organização da realidade, pois ao ler determinada informação, as pessoas passam a atribuir sentido e fazer associações entre o que foi publicado nos meios de comunicação e o acontecido. Ao se olhar, por exemplo, para o *corpus* desta pesquisa é possível identificar temáticas e enquadramentos que se repetem sobre meio ambiente/condições climáticas (seca e alagação) e povos indígenas.

Considerações Finais

A partir da leitura dos cinco textos foi possível perceber que a Amazônia Real cumpre com o seu objetivo de “dar visibilidade para populações e questões da Amazônia”, quando seleciona temáticas climáticas sob a perspectiva dos povos originários no Acre, e os insere como fontes jornalísticas. Todavia, a abordagem sobre seca e alagação é feita por um viés já conhecido sobre a região, que sempre é destaque por “secas mais severas”, “extrema seca”, “efeitos drásticos” (Lirtêz, 2024c), “impacto dos eventos climáticos extremos”, “catástrofe ambiental” (Lirtêz, 2024b), sustentando as representações de a Amazônia acreana ser esquecida a própria sorte, e enfrentar constantemente situações difíceis por estar localizada na floresta, ao norte, e *isolada geograficamente* do restante do Brasil.

Não é objetivo deste artigo comparar coberturas jornalísticas sobre enchentes no Acre e no Rio Grande do Sul, mas como enfatizado neste texto, há uma diferença de abordagem e de representações construídas. Enquanto o Sul do país recebe mobilização da opinião pública e da imprensa nacional, e é visto como passível de se recuperar de um acontecimento grave, ao Acre não cabe a mesma visibilidade (apenas 5 matérias foram produzidas sobre o estado), nem soluções e nem alternativas, como observado neste *corpus*.

A matéria intitulada “Acre passa por nova seca extrema e terras indígenas voltam a ficar isoladas” repete três vezes a palavra “extrema” para se referir a seca e ressalta com veemência o quanto o “isolamento” dos povos indígenas afeta a sobrevivência deles, sendo esta condição climática causadora de “trauma”. O texto decreta que a situação vai piorar: “e todo ano sempre está piorando” (Lirtêz, 2024c).

A ideia de isolamento é uma das representações mais insistentes da Amazônia acreana mantidas pelo jornalismo contemporâneo e isso fica evidente no *corpus* quando

a jornalista justifica a ausência de serviços básicos por causa do isolamento, como se o Estado não tivesse obrigação e condições de atender a todos. Segundo o texto, “o isolamento de comunidades correlacionado ao aumento dos níveis dos rios dificultam o acesso a ajuda e serviços essenciais, além de impedir a movimentação para áreas seguras” (Lirtêz, 2024a). A culpa é sempre da geografia, da floresta, do rio, dos animais, não há outros responsáveis na ótica deste jornalismo.

Pela leitura do *corpus*, a região e esses povos estão em grande “sofrimento”, sob “impacto”, vivendo em “instabilidade e insegurança” e falta aos povos “soluções definitivas” (Lirtêz, 2024b). Essa narrativa jornalística reitera discursos passados da história e da literatura, que afirmam que a Amazônia brasileira e a Amazônia brasileira acreana são “inferno verde” (Rangel, 2008), uma “terra-do-sem-fim” (Loureiro, 1995, p. 95) e viver nela é, portanto, desafiador e perigoso, pois pode se morrer a qualquer momento de forma trágica. O indígena, por sua vez, segue sendo retratado como um ser “degradado” (Almeida, 2009, p. 215), por isso sua inserção “numa cultura que se globaliza a partir das matrizes dominantes” (Souza, 2015, p. 16) continua acontecendo de *modo crítico*.

Percebe-se que apesar do esforço da cobertura da Amazônia Real em selecionar pautas sobre o estado do Acre, ter a população indígena como fonte, não se limitar apenas ao discurso científico e técnico, há uma manutenção do valor-notícia *catástrofe* e do estereótipo de *isolado* da região no discurso jornalístico sobre o Acre. Levanta-se, então, como justificativa para tanto, a predominância de uma forma única de pensar a região, que é consolidada historicamente no imaginário da população em geral, inclusive dos jornalistas.

Nesse contexto, descartam-se problemas como o desconhecimento da região ou a ausência do repórter nos cenários dos acontecimentos, pois na agência Amazônia Real, os jornalistas são autóctones, muitos não só vivem nos estados que fazem cobertura, mas são nascidos nessas mesmas localidades.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, Raquel

(org.). et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMAZÔNIA REAL. Indígenas do Acre denunciam apropriação cultural nos Estados Unidos. *Amazônia Real*. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/apropriacao-cultural/>. Acesso em: 24 ago 2024.

BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DUTRA, Manuel. *A natureza da Tv: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2005.

FREIRE, Priscila. *Discursos sobre a Amazônia na mídia*. Curitiba, Editora Appris, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Florianópolis: Insular, 2016b.

HARDMAN, Francisco Foot. *A invenção da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIRTÊZ, Hellen. Cheia no Acre: 17 dos 22 municípios estão em situação de emergência. *Amazônia Real*. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/cheia-no-acre-17-dos-22-municipios-estao-em-situacao-de-emergencia/>. Acesso: 24 ago 2024.

LIRTÊZ, Hellen. Indígenas reclamam de abandono depois das inundações no Acre. *Amazônia Real*. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/inundacoes-no-acre/>. Acesso: 24 ago 2024.

LIRTÊZ, Hellen. Acre passa por nova seca extrema e terras indígenas voltam a ficar isoladas. *Amazônia Real*. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/seca-no-acre/>. Acesso: 24 ago 2024.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995.

LUFT, Schirley. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

LUFT, Schirley. *Jornalismo ambiental na Amazônia: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no jornal O Liberal do Pará*. Curitiba: CRV, 2015.

MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre a 'idéia da América Latina': a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 239-252, maio/ago. 2008.

MENDES, Francielle. Jornalismo e representações: um estudo sobre os povos indígenas no G1/Acre (2013 a 2018). *Moara*, v. 1, p. 378-394, 2019.

MENDES, Francielle. Um Brasil quase desconhecido habitado por homens gigantes: As representações do povo Ashaninka na reportagem A Última Fronteira de Vinícius Dônola. *Ação Midiática*, v. 1, p. 222-239, 2021.

MENDES, Francielle Modesto. "Um Brasil quase desconhecido habitado por homens gigantes": As representações do povo Ashaninka na reportagem A Última Fronteira de Vinícius Dônola. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, [S.l.], p. 222-239, jul. 2021. ISSN 2238-0701. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/73605>. Acesso em: 15 ago. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/2238-0701.2021n22.11>.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

PINTO, Lúcio. Seca nos rios Madeira e Acre pode ser a maior de todos os tempos. *Amazônia Real*. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/seca-nos-rios-madeira-e-acre-pode-ser-a-maior-de-todos-os-tempos>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RANGEL, Alberto. *Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2008.

SANTOS, Josiane. *Os discursos sobre Amazônia a partir do Portal Amazônia e da agência Amazônia Real*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SALVO, Fernanda; RODRIGUES, Miguel. Jornalismo e sociedade: as concepções de Amazônia nos discursos da agência de notícias Amazônia Real. *Jamaxi*, [S. l.], v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5993>. Acesso em: 16 set. 2024.

SILVEIRINHA, Maria João. Comunicação, representação e identidade. In: CORREIA, João Carlos; AMARAL, Inês. *De que falamos quando dizemos 'jornalismo'?* Covilhã, Editora LabCom, 2021.

SOUZA, Márcio. *Amazônia Indígena*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa*. Florianópolis: Insular, 2005.

NOTAS DA OBRA

AUTORIA

Francielle Maria Modesto Mendes

Departamento Universidade Federal do Acre

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

francielle.mendes@ufac.br

<https://orcid.org/0000-0002-2856-4444>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daniel Serravalle de Sá

Ana Cláudia Mota Estevam

HISTÓRICO

Recebido em: 28-09-2024 – Aprovado em: 26-11-2024 – Publicado em: 02-12-2024